

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

LILIAN REGINA PINHEIRO

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FINANCIAMENTO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: POLÍTICA E GESTÃO

MARINGÁ
2016

LILIAN REGINA PINHEIRO

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FINANCIAMENTO
DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: POLÍTICA E GESTÃO

Trabalho de Conclusão de Curso –
TCC, apresentado ao Curso de
Pedagogia, como requisito parcial para
cumprimento das atividades exigidas
na disciplina de Métodos e Técnicas
de Pesquisa sob a orientação da Prof.^a
Dr.^a Jani Alves da Silva Moreira.

MARINGÁ
2016

PINHEIRO, Lilian Regina. **Considerações sobre o financiamento da educação infantil no Brasil: política e gestão.** Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual de Maringá. 2015.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso visa compreender a política e a gestão do financiamento da Educação brasileira. Para tanto contará com um estudo bibliográfico, a fim de esclarecer questões do dia-a-dia educacional. Para que o objetivo principal seja alcançado, buscou-se seguir dois passos na pesquisa, que serviram como objetivos específicos. O primeiro consiste em conhecer os pressupostos históricos da Educação no Brasil, para na sequência analisar a política do financiamento da Educação brasileira na atualidade. O referencial teórico que fundamentou este trabalho compreendeu principalmente do estudo de fontes documentais oficiais e secundárias. Utilizamos estes documentos pelo fato de os mesmos assegurarem uma política para a efetivação do direito à educação para todos os sujeitos brasileiros. A partir da fundamentação teórica apresentada acredita-se que a compreensão acerca do financiamento e da gestão da educação infantil em nosso país ficarão mais claras, e assim poderemos atuar politicamente e criticamente, a fim de colaborar para o melhor empenho dos recursos disponibilizados às crianças de zero a cinco anos.

Palavras-chave: Educação Infantil; Financiamento; Gestão.

ABSTRACT

This work Completion of course aims to understand the policy and management of the financing of Brazilian education. To do so will have a bibliographic study in order to clarify issues of the educational day-to-day. So the main goal is reached, it attempted to follow two steps in the research that served as specific goals. The first is to understand the historical assumptions of Education in Brazil, for the sequence analyze the Brazilian education funding policy today. The theoretical framework that justified this work included mainly the study of official and secondary documentary sources. We use these documents because they ensure a policy for the realization of the right to education for all Brazilians subjects. From the presented theoretical foundation it is believed that an understanding on the financing and management of early childhood education will be elucidated in our country will become clearer, and we can act politically and critically in order to contribute to the best commitment of resources available to children up to five years.

Keywords: Early Childhood Education; Financing; Management

INTRODUÇÃO

Quanto custa um aluno na escola?

No Brasil, até o início do século XX, o tratamento oferecido às crianças de famílias trabalhadoras era de visão assistencialista. Com a grande massa de mulheres no mercado de trabalho na década de 1970 as creches, antes entendidas como “depósito para crianças” passou a ser considerada como local de sociabilização, contato com atividades pedagógicas e estímulo. Mas, para que este trabalho acontecesse de forma legal foram criadas políticas públicas para a Educação Infantil.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) garantiu o direito de cidadania às crianças, efetivado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990 (BRASIL, 1990) e, de certa forma, também consolidado a partir da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996 (BRASIL, 1996). Nesse contexto, a luta pelo reconhecimento do direito à Educação Infantil assumia um caráter jurídico e uma dimensão política do Estado, o que acarretou na mudança do paradigma assistencialista.

Entretanto, se a lei estabelecia os direitos, os custos pagos pela sociedade por meio dos impostos e gerenciados pelo poder público foram considerados elevados. Num contexto de ajustamento e reformas econômicas baseadas na diminuição do Estado, na desregulamentação e diminuição dos gastos públicos, típica da década de 1990 do século XX, a Educação Infantil foi deixada em plano secundário.

Pensando em refletir sobre a questão da Educação no Brasil, este trabalho de conclusão do curso de Pedagogia visa compreender a política e a gestão do financiamento da Educação brasileira. Para tanto tem como objetivo principal compreender a política e a gestão do financiamento da Educação, a fim de atingir o objetivo proposto, a metodologia utilizada será a de análise crítica bibliográfica.

Enquanto formanda do curso de Pedagogia e profissional que atua na Educação Infantil penso que tais conhecimentos são indispensáveis para o exercício de minha carreira docente e de minha cidadania, pois tenho dúvidas sobre quanto custa uma criança na escola, ou “Será que o valor investido pelo governo é suficiente?”, “Como é empregado este valor?”, ou ainda: “De quem é a

responsabilidade pela manutenção dos recursos disponibilizados?” incomodam-nos, principalmente quando vemos reportagens em jornais, revistas e na televisão apontando o número de crianças que não estão exercendo seu direito à cidadania enquanto crianças sem escola.

Será que alguma coisa tem sido feita ou pensada para a melhoria da oferta de educação básica para as crianças? A preocupação com a oferta da educação nos conduzirá na análise deste trabalho, portanto sintam-se convidados a conhecer, compreender e analisar as políticas e a gestão que garantem a Educação em nosso país. Entendemos que esta reflexão se faz necessária não apenas aos profissionais da educação, mas a toda sociedade, pois temos em nossa sociedade atual mais uma discussão fervescente: a educação integral, que consiste em manter alunos e alunas da educação básica em tempo integral na escola. Será que o país está preparado para oferecer educação de qualidade em tempo integral aos nossos alunos? O que tem sido ofertado?

Cada vez mais a Educação Infantil vem ganhando espaço no Brasil. Hoje ela é reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica e não mais como depósito para o cuidado de crianças. Na atualidade nossas crianças passam mais tempo na escola do que com os pais, e isso faz com que os governantes se preocupem com questões como ampliação dos espaços educacionais, aumento no número de vagas, formação dos profissionais que atuam nestes espaços, entre outras circunstâncias necessárias e relevantes para o atendimento das crianças que frequentam a educação Infantil. Para que o atendimento a esta clientela seja adequado o primeiro passo a ser dado é o financiamento.

A preocupação em conhecer e entender a política e a gestão do financiamento da Educação Infantil se iniciou durante as aulas na disciplina de Políticas Públicas e Gestão Educacional ministrada pela professora Jani Moreira, que nos instigou a pensar sobre o investimento destinado à Educação brasileira. Durante as aulas pudemos discutir sobre as políticas públicas existentes em nosso país e a gestão do financiamento educacional, e então uma dúvida surgiu: o que os pais e familiares dos alunos que frequentam os centros de educação infantil fazem quando estas crianças passam a frequentar as escolas de educação básica?

A sociedade atual, em virtude das profundas mudanças econômicas precisa se preocupar com o trabalho, e, portanto, precisam pensar em “o que fazer com os filhos quando saem das escolas”. Nesse sentido, a educação em tempo integral tem atraído a população e sido destaque em discursos políticos.

Tais discussões me inquietaram, pois enquanto profissional que atua na Educação Infantil municipal pensei em quanto deveríamos saber sobre o financiamento e a gestão dos recursos educacionais. Sabemos que o curso de Pedagogia não contempla todos os conteúdos necessários, e refletir sobre gestão é fundamental para o nosso exercício à cidadania, portanto, neste trabalho de conclusão de curso busco respostas para dúvidas que nos perseguem no dia-a-dia.

A educação brasileira passa por uma crise, que se expressa pela falta de recursos, pela má qualidade do ensino, com a reclamação de professores, com as salas de aulas lotadas. Estas dificuldades se transformaram em uma “batata quente”, na qual pedagogos dizem que este problema está na política educacional, ou que a culpa é da gestão do financiamento da Educação infantil.

O problema atinge dimensões crescentes, enquanto uma simples dificuldade de aprendizagem ou a falta de recursos financeiros vem sendo discutidas e nossas crianças estão a crescer, perdendo grandes oportunidades. Torna-se necessário e de fundamental importância que os pedagogos conheçam e compreendam a temática deste estudo, pois entender como funciona o financiamento da educação infantil e sua gestão, passou a ser um desafio. Nesse sentido, a primeira questão que é preciso ter em mente consiste em saber que para cada aula planejada é preciso antes analisar os recursos disponíveis. Muitas vezes é necessário alterar o que foi planejado e até retirar do planejamento. Mas por que isto? Será que nossas crianças merecem isto? Deixando de vivenciar e aprender determinados conteúdos por falta de dinheiro, ou este dinheiro até existe, mas está sendo mal administrado. Será que estamos realmente oferecendo educação de qualidade, como propõem nossos governantes na mídia nacional e internacional?

Estas questões justificam a minha intenção em realizar o presente trabalho, pois acredito que estes conhecimentos servirão de alicerces para a vida profissional e pessoal, contribuindo assim para o exercício da cidadania. Meus objetivos também

são justificáveis no âmbito social, pois pretendo que meu estudo possa contribuir para a formação de novos pedagogos e pedagogas, e também para a reflexão das profissionais da Educação Infantil que estão todos os dias comigo durante nossa jornada de trabalho.

Para dar conta do proposto o trabalho foi dividido em quatro seções, a saber: a primeira seção expõe o cenário da educação brasileira.

A segunda seção percorre a trajetória da educação infantil, que vai do assistencialismo ao direito educacional.

A terceira seção discute o financiamento e a gestão democrática na educação infantil, e a quarta e última seção apresenta as considerações finais.

1. O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Em cada época, em cada sociedade desenvolvem-se formas educacionais correspondentes ao modo como ela se organiza, se pensa ou se idealiza, ou seja, correspondentes às suas crenças religiosas, seus valores culturais, econômicos e políticos. O conceito de educação apresenta, conforme afirma Luzuriaga (2001), dois sentidos que se complementam. Pode ser entendida como o esforço ordenado, sistemático de uma sociedade sobre a infância e a juventude a fim de formá-la e encaminhá-la numa dada direção, que é a chamada educação formal.

Num outro sentido, mais geral, a educação é compreendida como a ação genérica, ampla de uma sociedade sobre as gerações jovens, com o fim de conservar e transmitir a existência coletiva. A educação é parte integrante, essencial da vida do homem em sociedade, e existe desde quando há seres humanos sobre a terra. Trata-se de uma educação informal, espontânea e, muitas vezes inconscientes.

Do ponto de vista mais amplo, a educação pode ser estendida às diversas esferas da vida social, podendo ser oferecida por diversas instituições, tais como a família, a igreja, o convívio social, o ambiente de trabalho, entre tantas outras. Em outras palavras, a educação está inserida na sociedade e, conforme esta se organiza, também organizam-se as instituições sociais. Assim, os processos educacionais se dão, quer no convívio de uma determinada sociedade, quer em instituições responsáveis para tal fim específico.

Saviani (2004) lembra que é essa a política educacional que vem sendo implementada no Brasil, caracterizada pela flexibilização e descentralização das responsabilidades de manutenção das escolas, abrindo espaço à participação do chamado terceiro setor. Ao mesmo tempo, avaliações e controles são centralizadas.

Essa orientação, inspirada no modelo americano, que para Saviani (2004) acentua as desigualdades educacionais é respaldada legalmente no Brasil. A partir dos anos de 1990 novos padrões de gestão para a educação básica estão postos na escola brasileira. Tal como discutido até aqui, mais uma vez uma série de determinantes são responsáveis no sentido de promover mudanças no campo

educacional. A compreensão do novo modelo de gestão educacional exige o entendimento do contexto o qual processam, especificamente os motivos que levaram à Reforma do Estado e da Educação.

Conforme Perrude e Lara (2010,), “O cenário pós-década de 1990 foi marcado por mudanças nas configurações dos Estados, oriundas dos processos de reestruturação capitalista da internacionalização e da globalização da economia, influenciada pelo neoliberalismo”. As autoras chamam a atenção para um conjunto de discursos que apontavam para a necessidade de um reencaminhamento para o campo econômico e político que afetou diretamente o campo educacional.

A crise do sistema capitalista vivenciada na segunda metade do século XX levou a mudanças profundas na estrutura política e econômica, e a dimensão das políticas sociais não poderia ficar indiferente a elas. Citado pelas autoras, Bruno (1997) esclarece que o privilégio passa a centrar-se nas relações de mercado, principais reguladoras da vida social, desresponsabilizando o Estado de suas funções. Nesse contexto, Perrude e Lara (2010) destacam três principais aspectos da reorganização capitalista: “a globalização da economia, a transnacionalização das estruturas de poder e a reestruturação produtiva”.

No processo de reestruturação capitalista, apontou-se para a reforma do Estado como condição necessária para a estabilização econômica e o alcance dos objetivos “eficiência e equidade”. As autoras comentam que as reformas foram cada vez mais consolidadas, sustentadas por um “novo” marco teórico e prático para a administração pública: a abordagem “gerencial” (PERRUDE; LARA, 2010).

Os anos de 1990 refletiram um contexto de intensas reformas objetivando a denominada “modernização do Estado” adequando-se às exigências da economia mundial. A partir de preocupações neoliberais, se declarou abertamente o interesse pela “descentralização, pela autonomia, pela gestão participativa, modelo pautado nas relações de gerenciamento empresarial, subsidiando o discurso em defesa do Estado Mínimo” (PERRUDE; LARA, 2010).

Esses novos delineamentos relativos à administração no campo empresarial forneceram bases para o modelo de gestão educacional. Conforme afirmam as autoras, a educação passou a ser o foco da reestruturação, da adequação às novas

demandas formativas, ou seja, o ajustamento da gestão escolar ocorreu sob as tendências gerais do capitalismo contemporâneo.

Nas escolas, a descentralização administrativa, a maior autonomia das unidades e um estímulo a uma maior participação dos sujeitos envolvidos no processo educacional foram cobrados. Ao mesmo tempo, o controle se manteve de maneira centralizada por meio de avaliações dos resultados. Para tanto, o conjunto dos Planos, Diretrizes e Parâmetros que fundamentam a legislação da educação básica no Brasil sofreram alterações significativas.

Não é o caso de uma discussão aprofundada sobre tais alterações, mas vale salientar que o centro das referidas reformas foi a Declaração Mundial de Educação para Todos (JOMTIEN, 1991), documento cujo “foco central esteve na formação do ‘novo homem’ para o século XXI em uma íntima relação com o desenvolvimento econômico” (PERRUDE; LARA, 2010). O Brasil foi signatário desse documento ao participar, em março de 1990, da Conferência de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia.

Após refletirmos sobre o panorama educacional em nosso país, passaremos agora à discussão sobre a Educação Infantil no Brasil.

2. A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DO ASSISTENCIALISMO AO DIREITO EDUCACIONAL

No período precedente à Proclamação da República, observam-se no Brasil iniciativas isoladas de proteção à infância, sendo muitas delas orientadas ao combate das altas taxas de mortalidade infantil da época, com a criação de entidades de amparo (KUHMAN JR., 2000).

No final do século XIX, no entusiasmo de se construir uma nação moderna, a elite da época trouxe para o Brasil o jardim-de-infância, um produto estrangeiro, que acarretou muitas controvérsias entre os políticos e a sociedade civil. Essas controvérsias ocorriam pelo simples fato de alguns criticarem as salas de aulas dos jardins-de-infância por identificá-las como salas de asilos, entendidas como depósitos de crianças.

A partir da constituição de 1988, as creches e pré-escolas passaram a ser reconhecidas como direito da criança e dever do estado. Já na década de 90 entra em vigor a nova Lei nº 9.394/96 que garante a educação infantil como etapa inicial da educação básica. Uma conquista histórica que tira as crianças pobres do confinamento em instituições vinculadas a órgãos de assistência social. Essa LDB atribui flexibilidade e funcionamento da creche e da pré-escola, permitindo a adoção de diferentes formas de organização e práticas pedagógicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 afirma na Seção II, artigo 29 que a educação infantil deve possibilitar o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos de idade, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

O artigo 30 afirma que devem ser atendidas em creches as crianças de até três anos de idade e em pré-escolas as crianças de quatro a cinco anos. A educação infantil constitui a primeira etapa da educação básica, e exige cuidados específicos, pois atende uma clientela que inicia a convivência em comunidade depois da interação mais restrita no espaço familiar. Durante muitos anos esta etapa era vista como um campo que não necessitava de estudos e pesquisas.

Com a atual LDB os profissionais que atuam ou pretendem atuar nesta etapa perceberam que é preciso uma formação adequada para o trabalho pedagógico nos centros de educação infantil. Não basta ter conhecimentos científicos para atender às crianças que chegam aos centros de educação infantil, é necessário que se perceba que as crianças entendem melhor a linguagem do afeto, e que através desta o educador pode atingir objetivos surpreendentes.

Segundo Junior (2001), os professores deveriam encarar cada dia do ano letivo como o primeiro dia de aula, com o mesmo entusiasmo, evitando que o processo de ensino aprendizagem caísse na rotina, como acontece na maioria das vezes. Para este autor, cada educador deve traçar um objetivo, que é o de motivar o interesse dos alunos. Mas como motivar os alunos quando os recursos não nos dão suporte, condições de trabalho? Quando nos faltam materiais?

E o que dizer quando nos referimos aos professores da educação infantil, ainda tratado como “tia”? Parece uma bobagem, mas também podemos refletir sobre

a maneira como são tratados os profissionais da Educação Infantil. Isso pelo fato de tais profissionais tomarem consciência de seu papel de mediador do conhecimento, e, portanto, precisa investir em formação, assim como profissionais das demais etapas educacionais.

Se seguirmos o pensamento de Junior (2001) chegaremos a conclusão de que este ramo da atividade docente exige entusiasmo, interesse, estudo e planejamento. É preciso considerar a importância da relação professor/aluno na Educação Infantil, pois a sociedade vive um momento em que as crianças ingressam cada vez mais cedo na vida escolar, e passam a maior parte do tempo na escola, e conseqüentemente, com os educadores. Muitas vezes ficam mais sob a responsabilidade dos educadores do que com os pais. Nesse sentido, o apego é um elemento fundamental na relação professor-aluno na Educação Infantil, mas não o único.

Durante muito tempo entendeu-se que a Educação Infantil não exigia muitos estudos, ou até nenhuma formação em nível superior. Hoje a LDB nº 9394/96 reforça a necessidade desta formação, não basta “gostar de crianças”, é preciso estudar sobre as necessidades de cada faixa etária, o que esperar e como agir diante de cada situação. É preciso também conhecer e compreender como funciona o financiamento desta etapa da educação e como os mesmos são geridos.

Mas o que é um centro de educação infantil? Será que todos têm esta clareza, ou será que entendem como sendo um espaço preparatório para crianças que ainda não atingiram idade escolar? Ou pior, será que ainda entendem este espaço como sendo aquele habitado por crianças que não tem onde ficar, enquanto seus responsáveis precisam cumprir suas jornadas de trabalho? A resposta para todas estas perguntas é muito simples: um centro de educação infantil deve ser um espaço cheio de ludicidade, encanto, arte, alegria. Enfim, ser um espaço que propicie prazer, conhecimento, onde as crianças queiram frequentar e permanecer. Onde possam sentir a felicidade em conseguir alcançar aquilo que procuram, em ser ouvidas, em tocar objetos agradáveis. As crianças precisam sentir a liberdade para alcançar o que procuram, para cantar, dançar e brincar. Todas estas dimensões precisam ser respeitadas para que haja aprendizado.

O professor de educação infantil precisa organizar o tempo e o espaço nas instituições de ensino. As crianças precisam ter acesso aos recursos que tornam a aula agradável. Cada faixa etária necessita de cuidados específicos, portanto, ser educador infantil exige estudos. Ao planejar as aulas, o que é extremamente necessário, deve-se ter em mente qual a resposta da turma para o que foi planejado.

É por isso que quem atua ou pretende atuar na educação infantil precisa estar ciente das suas responsabilidades, e nesta ciência o prazer em ensinar, em brincar, em estar junto deve ser uma constante. Toda criança sabe quando os adultos sentem prazer em compartilhar atividades, e percebe quando não estão agradando, o que lhes dá a sensação de desconforto e rejeição.

Segundo Kramer (1999), para que a educação infantil contribua para o desenvolvimento é necessário que as dimensões educativa, social e cultural sejam respeitadas, pois estas são cruciais para favorecer o desenvolvimento das crianças e seu direito de cidadania. Para a autora, a realidade dos centros educacionais e das pré-escolas brasileiras ainda não correspondiam aos espaços de socialização e convivência, capazes de assegurar cuidado e educação da criança pequena.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – RCNEI são documentos norteadores para os professores de educação. Eles foram lançados com o objetivo de garantir que todas as crianças do país tenham acesso aos conteúdos que são considerados necessários para o desenvolvimento. Divididos em três volumes, os referenciais servem de auxílio para os professores prepararem suas aulas.

Como a educação infantil levou muito tempo para ser considerada um campo que exige estudos e planejamento, muitas crianças não tiveram acesso conhecimentos desafiadores em espaços de educação infantil. Vale lembrar que os RCNEIs consistiam numa primeira tentativa de formalizar, orientar os profissionais que lidavam com a primeira infância, e por este motivo houve poucas discussões da área (MOREIRA; LARA, 2012).

Para que a educação infantil de qualidade seja de fato direito de todos coloca-se como desafio urgente, a formação profissional de todos os professores: formação como direito à educação, formação nas áreas básicas do conhecimento (língua,

matemática, ciências naturais e ciências sociais); e formação cultural, com oportunidade de se discutir valores, preconceitos, experiências e a própria história. É fundamental ainda assegurar ao educador infantil formação entendida como qualificação, na melhoria da qualidade do trabalho pedagógico, e de profissionalização, garantindo avanço na escolaridade, carreira e salário dirigidos ao educador infantil, precisa contemplar conteúdos que favoreçam a constituição de identidades.

Essa questão é um ponto crucial frente à crescente evasão de professores, que possa garantir espaço para a pluralidade e para que professores narrem suas experiências, reflitam sobre suas práticas e trajetórias vividas, compreendam a sua própria história, redimensionem o passado e o presente, ampliem seu saber e seu saber fazer. Todas estas condições favorecem o bem estar do educador, o que contribui para o bom funcionamento das aulas. O bom funcionamento da aula não é garantido apenas quando o professor está bem, ou fica bem, ou ainda quando alcança aquilo que deseja. Este funcionamento também se relaciona aos alunos, ou seja, às crianças.

Salienta-se que uma criança ainda não consegue se manter imóvel durante muito tempo, da mesma forma como não suporta calada aquilo que a chateia. Crianças são pessoas que reagem emocionalmente de maneira rápida, não disfarçam, não agem como adultos que conseguem permanecer em lugar mesmo quando se sentem contrariados. Tudo isso evidencia que as aulas para crianças deve ser bem planejada, que tenha como objetivo principal tornar o ambiente feliz e encantador. Diante desta perspectiva pensamos sobre o ato de planejar.

A Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a cinco anos à Educação (2006) é um conjunto de diretrizes, metas, objetivos e ações que devem ser implementadas, a fim de garantir que o direito à Educação infantil seja respeitado. Uma das diretrizes do documento refere-se ao processo pedagógico, e entende que este “deve considerar as crianças em sua totalidade, observando suas especificidades, as diferenças entre elas e sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar” (BRASIL, 2006, p.17).

Após refletir sobre a importância da Educação Infantil, sua trajetória e a importância da formação do profissional que atua nesta área, a próxima seção discute sobre o financiamento desta etapa da educação. A quem cabe a tarefa de gerir e de garantir os recursos para a garantia da oferta da Educação Infantil para as crianças na faixa etária de zero a seis anos de idade?

3. O FINANCIAMENTO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A procura por vagas na Educação Infantil tem aumentado gradativamente, e a própria Constituição Federal (1988) assegura como dever do Estado a garantia destas vagas. Conforme a Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação (2006, p.05):

Ao Estado, portanto, compete formular políticas, implementar programas e viabilizar recursos que garantam à criança desenvolvimento integral e vida plena, de forma que complemente a ação da família. Em sua breve existência, a educação das crianças de 0 a 6 anos, como um direito, vem conquistando cada vez mais afirmação social, prestígio político e presença permanente no quadro educacional brasileiro.

A afirmação do documento demonstra que o Estado deve possibilitar que o financiamento da educação garanta condições materiais dignas para o atendimento de crianças de zero a cinco anos de idade. O quadro a seguir estabelece o que compete à união, aos estados e aos Municípios:

União	Formulação da política nacional; Coordenação nacional (articulação com outros órgãos e ministérios que tenham políticas e programas para crianças de 0 a 5 anos); Estabelecimento de diretrizes gerais; Assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios; Coleta, análise e disseminação de informações educacionais; Regulamentação e normatização pelo CNE;
-------	---

	Formação universitária de professores; Fomento à pesquisa.
Estados	Formulação da política estadual; Coordenação estadual Execução das ações estaduais; Assistência técnica e financeira aos municípios; Normatização pelo CEE; Autorização, reconhecimento, credenciamento, fiscalização, supervisão e avaliação dos estabelecimentos do seu sistema de ensino; Formação universitária de professores; Fomento à pesquisa; Formação de professores na modalidade Normal, em nível médio.
Municípios	Municípios com sistema municipal de ensino: Formulação da política municipal; Coordenação da política municipal; Execução dos programas e das ações; Normatização pelo CME (quando houver); Autorização, reconhecimento, credenciamento, fiscalização, supervisão e avaliação dos estabelecimentos do seu sistema de ensino; Formação continuada de professores em exercício; Fomento à pesquisa. Municípios integrados ao sistema estadual de ensino: Formulação da política municipal; Coordenação da política municipal; Execução dos programas e das ações; Formação continuada de professores em exercício; Fomento à pesquisa.

Fonte: Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a cinco anos à Educação (2006, p.15).

Observa-se que a Formação de Professores e o Fomento à Pesquisa fazem parte dos três núcleos (União, Estados e Municípios). Outro fator que merece destaque é a “Autorização, reconhecimento, credenciamento, fiscalização, supervisão e avaliação dos estabelecimentos do seu sistema de ensino”, tarefa dos municípios e que a princípio é a que mais temos contato, já que cabe às secretarias municipais de Educação realizarem todos estes procedimentos.

Mas como será que é feito a autorização, o reconhecimento, o credenciamento, a fiscalização, supervisão e avaliação dos estabelecimentos que oferecem Educação infantil nos municípios?

Ao tratar sobre o financiamento é importante salientar sobre a maneira como este financiamento é gerido. Nosso país é democrático, e a Constituição Federal de 1988, assim como a LDB e os demais documentos que discutem a Educação Brasileira em todos os níveis estabelecem que as instituições de ensino público devem obedecer a Gestão Democrática. Todavia, a democratização da educação pública em sua totalidade está longe de ser equacionada no Brasil. Conforme Oliveira (2006), a luta pela educação básica trouxe desde sua origem a concepção de democratização como acesso universal, o que resultou na priorização no âmbito das políticas públicas, dos aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos. Isto porque a eficiência de um Estado pode ser medida e questionada a partir da sua performance em relação às políticas públicas.

Conforme a autora preconiza, foi a partir dos anos 1990 que a reflexão sobre o contexto da luta pela democratização do ensino, assumiu, no âmbito da educação básica, o caráter de qualidade, da busca da permanência e da conclusão da escolaridade como um direito social. Desta forma, a luta pela democratização da educação básica, assumiu o aspecto de ampla defesa do direito à escolarização para todos, à universalização do ensino e à defesa de maior participação da comunidade na gestão da escola.

Neste contexto, assume a importância os conceitos de gestão educacional, gestão escolar e gestão democrática no cenário na educação brasileira. Conforme Coelho e Volsi (2012, p.62), “a organização do sistema nacional de ensino e os princípios que deveriam nortear a gestão/administração escolar ocupariam o centro das discussões”. Assim, a gestão democrática entra em cena com um papel norteador da administração escolar. Para tanto, é fundamental o entendimento dos conceitos Gestão Educacional, Gestão Escolar e Gestão Democrática.

A gestão democrática consiste na ideia de trabalho coletivo entre toda a comunidade escolar. Este modelo de organização educacional está previsto na Constituição Federal de 1988, inciso IV. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96, promulgada em 1996, também estabelece no artigo 3, inciso VIII, os princípios da gestão democrática a vigorar nas escolas.

A gestão educacional esclarece Vieira (2007, p. 63) “[...] refere-se a um amplo

espectro de iniciativas desenvolvidas pelas diferentes instancias de governo”, portanto situa-se na dimensão macro. Implica a participação de todos nas tomadas de decisões nos assuntos ligados à educação. Já a gestão escolar consiste na dimensão micro, mais voltados a estrutura escolar.

A gestão escolar está relacionada ao estabelecimento de ensino com suas devidas atribuições. Coelho e Volsi (2012, p.69) ressaltam que “uma dimensão importante da gestão escolar é a interação com a família dos alunos e comunidade”. Isso em razão de se querer passar a ideia que a escola é pública e de responsabilidade de todos.

No contexto da gestão democrática, papel decisivo exerce as instâncias colegiadas. São elas: Conselho Escolar e Conselho de Classe, Associação de pais e mestres e o Grêmio Estudantil. Segundo Veiga (1998), a análise das instâncias colegiadas da escola deve ter como pano de fundo a concepção de projeto político pedagógico que se alicerça no princípio da construção coletiva. Assim, a concretização e o encaminhamento das ações tem como exigência a compreensão da dimensão coletiva da gestão democrática.

Ainda segundo a autora, é necessário criar órgãos de gestão que garantam, por um lado, a representatividade e, por outro, a continuidade e a legitimidade. Dentre esses órgãos de gestão, o Conselho Escolar é concebido como local de debate e tomada de decisões. Como espaço de debates e discussões, permitindo que professores e funcionários, pais e alunos explicitem seus interesses e suas reivindicações.

De acordo com Veiga (2001), as instâncias colegiadas são instituições auxiliares que contribuem para o aprimoramento do processo educativo. A participação destas instituições, quando feita de forma eficaz, evidencia o resultado do trabalho coletivo, no qual todos opinam contra ou a favor, com vistas a obter o melhor posicionamento.

A Educação Infantil também é contemplada pelas instâncias colegiadas. A participação dos responsáveis pelos alunos, dos profissionais que trabalham nestas instituições é fundamental. É conhecendo o funcionamento destas instâncias, o que compete a cada uma, a importância da participação nas mesmas que podemos

contribuir para o bom andamento de nossa educação.

O financiamento da educação infantil ocorre da seguinte forma: governo federal, estadual e municipal. A conexão entre estas três esferas faz-se necessária para que todas as necessidades sejam atendidas.

No artigo “Financiamento da educação infantil: desafios e cenários para a implementação do Plano Nacional de Educação (2003), Castro e Barreto fazem uma discussão acerca das metas e das estimativas de gasto público para a educação infantil, no qual os autores tecem uma teia envolvendo o cenário da educação infantil e das demais modalidades de ensino, levando em consideração os gastos obtidos. O artigo apresenta uma estimativa para os anos de 2006 a 2011.

Castro e Barreto (2003) apresentam alguns quadros que mostram as diferentes realidades da educação infantil brasileira. De acordo com os autores é preciso por em prática o Regime de Colaboração entre a União, estados e Municípios, como é estabelecido pela Constituição Federal, pois sem esta integração as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação não serão alcançadas.

Os municípios, os estados e o distrito Federal devem aplicar no mínimo 25% da receita para a educação. O Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação substituiu o Fundef, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que vigorou entre os anos de 1998 e 2006. O Fundeb passou a vigorar a partir de 2007, e aos poucos foi incorporando o total das matrículas da educação básica. Além dos recursos garantidos pelo Fundeb, a Constituição estipula outras fontes para o financiamento da educação, como é o caso do salário educação, assegurado pelo artigo 212 da Constituição Federal, §5º. O salário educação corresponde a 2,5% sobre o valor da folha de pagamento das empresas (BASSI, 2011).

Bassi (2011) realizou um estudo sobre o atendimento e o financiamento da educação infantil municipal em seis capitais brasileiras. Para o estudo foram ouvidos gestores e técnicos das secretarias municipais de educação. Foram apresentadas considerações importantes sobre o Fundeb, buscando analisar os gastos com educação infantil.

Os resultados mostraram que existe necessidade de novos investimentos, pois a procura por vagas na educação infantil é cada vez mais crescente. Para o atual cenário da educação infantil

[...] revela a insuficiência das fontes atuais de recursos para o financiamento da educação brasileira, e da educação infantil em especial, e a urgência de uma redistribuição mais equitativa entre estados e municípios para atender aos direitos educacionais da população e aos desafios que se colocam para o desenvolvimento econômico e social do Brasil nos próximos anos (BASSI, 2010, p. 128).

Os artigos supracitados têm em comum o objeto de estudo, o financiamento da educação infantil. Castro e Barreto (2003) apresenta uma discussão sobre o Plano Nacional da Educação, e Bassi (2011) trata do Fundeb. Os dois artigos fazem um panorama dos gastos com a educação infantil, das metas estabelecidas e chegam a conclusão de que é necessário um profundo olhar para a educação infantil.

Para que esta modalidade seja atendida em suas especificidades União, estados e municípios precisam estar conectados. Os investimentos devem ser planejados, pois assim os investimentos podem ser aplicados de maneira correta.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a atual conjuntura da educação infantil em nosso país é um elemento essencial da formação do pedagogo. Vivemos numa sociedade regida pela democracia, na qual também podemos e devemos ter ciência dos gastos e dos investimentos aplicados.

A Educação Infantil, assegurada como a primeira etapa da educação é um direito da criança enquanto cidadã e um dever do estado. Sendo assim, a procura por este atendimento tem se intensificado a cada ano.

A educação infantil já passou por vários estágios, desde o assistencialismo até o cuidar e educar, como é entendida hoje, e por isso estudos veem sendo realizados visando explorar como o financiamento tem sido aplicado. Sabemos que tais estudos tornam-se necessários para a formação e a atuação do pedagogo.

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo principal compreender a política e a gestão do financiamento da Educação Infantil no Brasil, e a partir do referencial teórico consultado detectamos que é preciso novos investimentos, mas que para além destes é necessário que haja integração entre União, estados e municípios.

O Plano Nacional de Educação atual, lei nº13.005/2014 propõe metas e objetivos para a educação infantil, e para que estes sejam alcançados o Fundeb atua como gerenciador das ações preestabelecidas. Este estudo oportunizou a compreensão de que a educação infantil é tão importante quanto as demais modalidades de ensino. Que esta etapa também é assegurada pela Constituição Federal, assim como os outros documentos da educação reafirmam o direito da criança enquanto cidadã.

Garantir uma educação de qualidade pressupõe pensar também na formação dos profissionais envolvidos, nas estruturas física, econômica e material, pensar na alimentação, na relação entre o cuidar e o educar, enfim, foi a partir destes critérios que a educação infantil deixou de ser entendida como assistencialista, depósito de crianças e passou a ser entendida por primeira etapa da educação básica. Etapa esta na qual inserimos os pequenos em nosso mundo letrado, com direitos e deveres, para que possam aprender as primeiras lições de cidadania.

A Educação Infantil deve possibilitar o desenvolvimento pleno das crianças, e cabe a União, em parceria com estados e municípios garantir de maneira plena que este desenvolvimento aconteça. Com base nos resultados deste estudo, este trabalho serviu como um ponto de partida para novas investigações sobre a educação infantil, já que esta etapa da educação, assim como as demais precisa ser estudada e melhor valorizada. Os estudos apontarão novos rumos a seguir, em busca de uma educação de qualidade.

5. REFERÊNCIAS

BASSI, M. E.. Financiamento da educação infantil em seis capitais brasileiras. In: **Cadernos de pesquisa**, v. 41, n. 112, jan./abr. 2011. p. 116-141.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei Federal nº. 9394, de 26/10/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006. 32 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18/10/2015.

CASTRO, J. A. de.; BARRETO, A. R.. **Financiamento da educação infantil**: desafios e cenários para a implementação do Plano Nacional de Educação. Notas da apresentação em mesa redonda do Simpósio “Educação Infantil: Construindo o presente”, realizado em Brasília, de 23 a 25 de abril de 2003.

COELHO, M. P.; VOLSI, M. E.. As bases legais da gestão educacional, da gestão escolar e da gestão democrática. In: **Coleção de formação de professores EAD**. Maringá: Eduem, 2010.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 16/10/15.

JUNIOR, N. M.. **Educação para a Felicidade**. 1.ed. Maringá : Editora Linceu, 2001.

KRAMER, S.. **O Papel Social da Educação Infantil**. Disponível em: www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos.../revista7-mat8.pdf. Acesso em: 08/09/2015.

KUHLMANN JR., M.. Histórias da Educação Infantil Brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte, n. 14, 5-18, Mai/Ago, 2000.

LARA, A.M.B.; PERRUDE, M.R.S.. **Políticas públicas para a Educação Básica**: os novos padrões da gestão. (Org) KOEPEL, E.C.N.; LARA, A.M.B.. Gestão Educacional. Coleção Formação de Professores – EAD, vol. 37, Maringá-PR: Eduem, 2010, p.43-60.

LUZURIAGA, L.. **História da Educação e da pedagogia.** -- São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MEC. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/eduinf_esp_ref.pdf Acesso em 09/09/2010.

MOREIRA, J. A. da S.; LARA, Â. M. de B. **Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil (1990- 2001).** Maringá: Eduem, 2012. 246 p.

OLIVEIRA, D. A.. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. IN: FERREIRA, N. S. C.. (Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, I. F.. **Como Se Deu o Percurso da Educação Infantil no Brasil ao Longo dos Séculos XIX e XX?** Disponível em: www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/46IsisFloraSantos.pdf.

SAVIANI, S. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Coleção Educação Contemporânea. Autores associados, 2004. 203 p.

